

ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-11-2017.

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoní Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/15 (Processo nº 1034/15), de autoria de Dr. Thiago. Também, foi apregoado o Ofício nº 1744/17, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 015/17 (Processo nº 2860/17). Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo (Processo Eletrônico nº 06270/17), informando que representaria externamente este Legislativo, do dia trinta e um de outubro ao dia dez de novembro do corrente, no *Global Social Business Summit*, em Paris, França. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, discutido por Adeli Sell, Fernanda Melchionna, André Carús, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa. Na ocasião, foi apregoado o Ofício nº 1745/17 (Processo nº 2870/17), do Prefeito em exercício, convidando Cassio Trogildo para assumir o cargo de Prefeito nos dias três e quatro de novembro do corrente. Também, foi apregoado o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/17 (Processo nº 2863/17), de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias seis e sete de novembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Prof. Alex Fraga e Dr. Goulart. Às quinze horas e quarenta e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/17 (Processo nº 2863/17), por dezenove votos SIM e seis ABSTENÇÕES, após ser discutido por Fernanda Melchionna, Adeli Sell e João Bosco Vaz e encaminhado à votação por Sofia Cavedon e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção

Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Após, esteve em votação Requerimento de autoria de Dr. Thiago, solicitando, nos termos do artigo 110 do Regimento, tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17 (Processo nº 2066/17), Requerimento esse que, após ser encaminhado à votação por Dr. Thiago, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Mauro Pinheiro, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudio Janta. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Dr. Thiago, solicitando a convocação de sessão extraordinária, por dezoito votos SIM, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Às dezesseis horas e quarenta minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, João Carlos Nedel e Cláudio Janta e secretariados por Dr. Thiago. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Solicito alteração da ordem dos trabalhos, para que passemos, imediatamente, ao período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 2745/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018. **Com Emendas nºs 01, 02, 03 e 04.**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ADELI SELL: Caro Ver. Valter Nagelstein, colegas Vereadoras e Vereadores, servidoras e servidores de Porto Alegre, nós discutiremos agora, ou melhor, nós tentaremos discutir o Orçamento da Prefeitura de Porto Alegre – tentaremos. Porque, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias tínhamos uma peça maravilhosa! Lembrei dos meus tempos de estudante de Letras em que a gente lia com vigor, com determinação, Grande Sertão: Veredas, Incidente em Antares – obras primas. Comecei ler o Plano Plurianual. Prioridades. O Prefeito se elegeu, veio para o Paço Municipal dizendo que prioridade era a segurança pública – não é isso? Aí fui ler, tinha bastante coisa maravilhosa. Quando eu fui verificar, me decepcionei. Não era o livro que imaginava, porque, depois da Exposição de Motivos, tinha uma lista de prioridades, e a primeira era habitação! Habitação é fundamental. Temos 1.500 moradores de rua – indignidade total e absoluta das pessoas. Fui ver os valores quando chegou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais uma decepção.

Eu fiz uma Declaração de Voto que está nos anais desta Casa. No PPA eu dizia que parecia uma obra de ficção. Quando chegou a LDO era uma ópera-bufo. Chega agora o Orçamento. Os senhores e as senhoras sabem qual é o déficit? Não sei que obra é essa. Eu acho que foi psicografada, só pode. Se resolvêssemos o problema dos salários dos servidores, não atrasando, não colocando um contingente imenso de servidores que deveriam estar do lado de cá do balcão, atendendo o cidadão e não estão! E não vejo as pessoas em frente ao balcão reclamando; pelo contrário! Está tendo agora um grande movimento na Vila Cruzeiro, com adesão absoluta do povão! (Palmas.) E lá temos o PAM-3 que tem problemas, mas o povo esteve ao lado dos funcionários para defender o quê? O laboratório, o atendimento. E a população está em peso, estará o dia inteiro ao lado dos servidores. Por quê? Eu recebi um estudo de uma pessoa que eu conheço – eu sei quem fez o estudo, já tive o prazer de trabalhar com essa pessoa na Prefeitura anos atrás. Se continuar esse processo, segundo esse estudo, nós vamos ter uma retirada de circulação da economia de mais de R\$ 633 milhões, quase o déficit da Prefeitura, que é de R\$ 700 milhões. E também não sei se o déficit é exatamente R\$ 700 milhões, porque, como eu disse anteriormente, como é uma obra psicografada, eu não sei se todos os santos, todos os entes estão na mesma *vibe* – não sei. Porque no Paço Municipal não tem a mesma sintonia, ouve uma grande defecção nesta semana: a Dra. Maria de Fátima Záchia Paludo, ex-Defensora Pública, ex-chefe da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, pediu para sair. Deve ter sido a 19ª dos grandes cargos da Prefeitura em 10 meses! (Palmas) Não foi por causa das bruxas, foi por outras razões, porque, tristemente, no passado, as mulheres, as lutadoras eram queimadas como bruxas. E ontem, inclusive, foi um dia importante porque foi o dia que o Lutero também se rebelou contra os ditames do Vaticano. Então, nós estamos em dias muito importantes. Com o fechamento de empregos que vai ocorrer com atrasos de salários. Para comerciários – quem na nossa família não tem, ou entre os amigos, alguém que está atrás do balcão de uma loja, todos tem –, é bom avisar que podem perder os seus

empregos. (Palmas.) A economia como ela é, não é economia dos clássicos, a economia mudou, apesar de que o capital do trabalho ainda não mudou, não que todo capital seja por natureza mau, e também nem sempre se diz que todo sindicato tem razão. A gente não tem essa dicotomia do oito ou oitenta, a gente sabe que tem problemas, mas hoje nós sabemos – Ver. Moisés, lastimo dizer a Vossa Excelência – o Prefeito está mal no Paço Municipal. Nós tentamos, por sinal, eu disse, e tenho orgulho de ter dito isso, foi uma pauleira total, eu disse que eu não faria oposição sistemática. Estava certo, a gente deu prazo, a gente foi ao Paço Municipal, a gente deu a opinião daqui, a gente deu opinião na imprensa, a gente escreveu textos, a gente participou ativamente das comissões da Câmara, mas os vidros estão totalmente blindados no Paço Municipal. Hoje em dia, como tem redes sociais, como tem mobilização de rua, o Prefeito pode se fechar nas quatro paredes do Paço Municipal, mas os comerciantes de Porto Alegre, os comerciários de Porto Alegre, o povo de Porto Alegre saberão desses números. Vão ser retirados R\$ 633 milhões de circulação que poderiam ser parte substantiva, porque 25% do que a gente gasta no comércio volta para a Prefeitura em ICMS. (Palmas.) Não tem consumo, já que nós temos um imposto indireto no Brasil, porque aqui a gente queria discutir o IPTU, mas IPTU de verdade, IPTU progressivo, no tempo, nos valores, com uma tabela que iria de 0,1 a 0,9, não conseguimos, não foi por culpa nossa. Por isso que nós estamos hoje aqui, nisso aqui está o Orçamento. (Mostra documento.) Eu acho que aqui, como disse antes, se no PPA eu imaginava que a gente tinha uma obra de ficção, na LDO, uma obra bufa, aqui nós temos uma obra psicografada, mas ainda não descobrimos qual foi o ente que a fez, mas nós vamos descobrir em defesa de Porto Alegre, com Orçamento transparente, participativo, fruto do Orçamento Participativo, físico, presente, virtual. Nós estamos na mesma trincheira por uma Porto Alegre com uma frente de toda a sociedade civil organizada, independentemente de partido político, pela vida, pela dignidade das pessoas. Vou votar contra esse orçamento, porque isso aqui não vale!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Queria cumprimentar os muncipários e muncipárias que, mais uma vez, estão aqui conosco na Câmara de Vereadores, em mais um dia de uma greve heroica e necessária e de mais um dia de acampamento em frente ao Paço Municipal, mais uma madrugada. Lamentavelmente o Prefeito sai a viajar, o Vice-Prefeito sai a viajar de uma maneira desrespeitosa não só com a categoria, mas com a Cidade, porque, de fato, nós temos uma lógica de um Prefeito infantil no Paço e que ataca a todos e a todas que criticam, que defendem uma cidade melhor e que, ao mesmo tempo, não dialoga e não negocia.

Eu fiquei muito ofendida com as falas do Prefeito Marchezan quando se referiu à categoria e à posição do Simpa. E não é a posição do Simpa; é a posição da assembleia geral dos municipais, com mais de mil trabalhadores que, de forma unânime, tirou uma posição de infantil para um Prefeito mimado, que segue fazendo de conta que a Cidade não está colapsando. E a Cidade está colapsando em todas as áreas sociais – o orçamento é uma expressão disso. Eu já vi muitos orçamentos aqui, e nós temos por praxe, diante da falta de prioridade dos governos, para as áreas sociais, para os verdadeiros cabides de empregos, para as verbas publicitárias, bilionárias ao longo dos anos, nós votamos contra os orçamentos que foram enviados pelos governos, inclusive anteriores. E é verdade que havia, além de tudo isso, uma superestimação, tinha lá uma verba, enfim, vamos gastar R\$ 100 mil com acessibilidade e nem R\$ 10 mil chegaram a ser gastos o ano inteiro em outras áreas sociais, um contingenciamento muito grande. Mas o Prefeito Marchezan segue inovando. No Orçamento de 2017, ele inova mentindo descaradamente os valores de comprometimento do Orçamento com a folha de pagamento.

O Prefeito já foi desmentido pelo Tribunal de Contas do Estado, já foi desmentido por diversos Vereadores desta Casa, Ver. Dr. Thiago, e segue mentindo, inclusive, em peças oficiais, dizendo que mais de 50% do Orçamento está comprometido com a folha de pagamento, o que faz com que haja, primeiro, um discurso de terrorismo que vocês, dia após dia, têm ouvido desde o primeiro dia do Governo Marchezan. Aliás, desde antes de ele assumir, quando não queria pagar o 13º salário para a categoria e foi derrotado! Que é isso que precisa ser feito com os governos neoliberais: derrota.

Mas ele segue mentindo no Tribunal de Contas do Estado, que é o órgão que certifica esses valores e inclusive manda para Brasília esse grau de comprometimento, Ver. Carús. Tem apontado em todos os documentos oficiais que diminuiu o número percentual do orçamento que está comprometido com a folha. Deve ter diminuído, porque tem muita gente pedindo demissão, não é gente? Porque ninguém merece viver essas condições que o Prefeito Marchezan está impondo para a categoria. Muita gente está pedindo a aposentadoria, nós sabemos que dobrou de um ano para cá o pedido de aposentadorias. Porto Alegre está perdendo seus quadros técnicos, seus profissionais que conhecem a vida da Cidade. Mas o fato é que diminuiu.

E o Prefeito, mais uma vez, fala no Orçamento, que é 51,7% comprometido com a folha. E por que ele fala isso? Porque ele quer defender projetos que são da lógica de ajustar e atacar direitos da categoria. Porque ele quer reduzir as políticas públicas, como tem se configurado em um governo antipopular. Porque ele quer fazer uma chantagem com a opinião pública de que é preciso aprovar esses projetos que ainda tramitam na Câmara de Vereadores, que desmontam a carreira, que desmontam o regime, que permitem o parcelamento do salário, que colocam o 13º para o dia 5 de janeiro. Mais, que permitem a privatização do DMAE. E nós temos todos os documentos desmascarando esse discurso do Prefeito, mas ele escreve nesse relatório enviado no projeto da lei orçamentária do ano que vem. Ele parte do pressuposto de que ele vai ganhar a opinião pública ao fazer esse tipo de mentiras sistemáticas – mentiras.

Mal sabe ele, porque não conhece Porto Alegre, porque não conhece os servidores que dedicam a vida a Porto Alegre, que esta é a greve mais apoiada pelo povo da nossa Cidade. Basta caminhar até a esquina para ver as pessoas aplaudindo! (Palmas.) Basta ver as assembleias feitas nos postos de saúde. Aliás, hoje tem uma no Cruzeiro, no PACS da comunidade de apoio, com o comércio assinando abaixo-assinado; pessoas na janela como foi no Abraço da Carris, em que o Ver. Roberto Robaina, eu, o Ver. Oliboni, o Ver. Mauro Zacher, a Ver.^a Sofia estivemos presentes. O apoio era impressionante.

Outra coisa que o governo mente é sobre o comprometimento do Município com o endividamento. O governo fala que são quase 20% da receita comprometida com o endividamento. O TCE também já falou que são 15%. Aliás, o Tribunal de Contas do Estado, pela primeira vez, que eu me lembre, na memória recente, aprovou uma auditoria nas contas do Prefeito, motivado por um pedido desta Casa (Palmas.) e motivado por uma análise técnica que comprovou, gente, que no mês de setembro, que foi o pior parcelamento – ou não foi? –, quando o salário foi mais baixo, tinha dinheiro do fundo da saúde para pagar o salário da saúde e tinha dinheiro no fundo da educação para pagar o salário da educação! Essa questão da dívida comprova que o governo poderia se endividar para garantir a continuidade da vida, porque nada mais correto do que um governo se endividar para pagar salários do que ter os trabalhadores endividados no cartão de crédito, no aluguel, no cheque especial, na escola do filho. (Palmas.) Quem paga os juros? Isso desmonta essa tese do governo.

E nós fomos na segunda passada, Ver.^a Mônica, naquela reunião de negociação com o Prefeito junto com o comando, que, de negociação não teve nada, porque ninguém faz uma greve histórica, a maior desde 2007, para o Governo ganhar 40 dias para trabalhar para ter os votos a fim de aprovar os projetos! Nós queremos trabalhar para derrotar esse projeto. Por isso nós votamos com a proposta de antecipar o projeto do DMAE e defendemos isso na reunião de Mesa e Lideranças, na semana passada, porque nós temos a convicção de que há Vereadores suficientes para derrubar este projeto do DMAE. E o Governo malogrou de todas as maneiras para que o projeto do DMAE não fosse derrotado por esta Câmara. Pedi tempo aos Vereadores na reunião. O Simpa fez assembleia, respondeu, mas pedi tempo aos Vereadores. E hoje ele protocola, na Câmara, um projeto que acaba com o regime de dedicação exclusiva. Hoje foi protocolado!

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Não, não, foi o que ele falou. Nós não pedimos. Não, ao contrário, foi o que ele falou na reunião de Líderes, Ver. Cecchim, que ia participar da mesa de negociação, tinha até projeto sendo enviado para a Câmara de Vereadores. E ele mandou para cá sem dizer a quanto vai o salário básico. Se ele dobrar o salário básico, certamente é uma reivindicação da categoria ter um plano de carreira decente, mas nós não temos ilusão com o Governo Marchezan, que não quer dobrar salário básico, que quer tirar salário básico, quer tirar regime. Bom, frente a isso

há uma mesa de negociação que não tem continuidade, porque o Governo exigiu que terminasse a greve para seguir negociando, o que é um absurdo, porque não existe uma negociação em que o Governo não recebe – só recebe se for nas condições em que ele manda. Isso não é negociação, isso é a tentativa de seguir com um projeto de ajuste e, ao mesmo tempo, falar na imprensa uma cantilena enfadonha de que está negociando. A Câmara tem duas opções: seguir como se nada tivesse acontecido, como se não tivesse uma greve de quase 30 dias na cidade de Porto Alegre, e nós ficarmos debatendo qualquer pauta, conforme o Governo quer, ou ter uma posição independente, autônoma, pró-ativa de, já que ele não retira, derrotar os projetos! Está na mão dos Vereadores! Está na mão dos Vereadores!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero concluir dizendo que cada um dos 36 Vereadores é senhor ou senhora do seu voto, responsável pelo seu voto. O que não se pode é seguir numa situação de impasse na Cidade, em que um Governo mimado finge que não existe uma situação de crise. Ontem, inclusive, a Secretária Paludo, que foi fundamental na negociação no caso da desocupação do Lanceiros Negros, por exemplo, pediu demissão, por não aguentar a forma como o Governo é conduzido.

Independente das nossas opiniões, cada um é responsável pelo seu voto. Nós queremos trabalhar para ter 19 votos para rejeitar os projetos do Marchezan, e é preciso que a Câmara possa ter esta compreensão de que é hora de estar de pé, e não de joelhos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, mais uma Sessão aqui em que nós temos a presença democrática dos municipais, e é o reflexo da falta de entendimento geral que a Cidade hoje sofre, e uma prova inequívoca desta falta de entendimento é mais uma demissão voluntária de uma Secretária que, no meu entendimento e no de muitos Vereadores aqui, vinha cumprindo um papel importante na gestão, pelo menos por tentar ouvir, não apenas a Câmara, mas também setores do serviço público municipal, a sociedade, para solucionar gargalos históricos da nossa cidade. E vejo hoje, mais uma vez, trazido pela imprensa, que a principal motivação da saída da Secretária Fátima Paludo da pasta do Desenvolvimento Social foi o projeto que ela havia construído com outras secretarias municipais, Ver.^a Mônica, sendo rejeitado, não se sabe por qual motivo, pelo Governo, na pessoa do Sr. Prefeito. É o que diz a imprensa, porque ele entendia que tinha, que deveria ser feito um projeto mais amplo na área da assistência, é verdade, mas poderia

ser a situação caótica do viaduto Otávio Rocha, um projeto-piloto para pelo menos minimizar os efeitos que vêm a cada dia ampliando a população adulta de rua de Porto Alegre. Essas pessoas estão sem opção e se misturam àquelas pessoas que realmente estão em situação de abandono, Ver. Moisés, estão na rua, não porque querem, mas porque estão abandonadas, foram excluídas. A criminalidade se apropria daqueles locais ocupados por essas pessoas abandonadas e praticam crimes, e o Viaduto Otávio Rocha, cartão postal do centro da Cidade, é a maior expressão disso. O viaduto Otávio Rocha está abandonado pelo Poder Público Municipal! (Palmas.) A última ação que foi feita por um ente público junto ao viaduto Otávio Rocha foi no mês maio, quando a Brigada Militar prendeu parte da quadrilha de traficantes de drogas que ali atuava; de resto, continua abandonado pela Prefeitura de Porto Alegre. E também acho que não é só o viaduto Otávio Rocha que está abandonado pela Prefeitura... Começo a ver novamente crianças nas sinaleiras pedindo esmola, sendo exploradas para essa finalidade. Vejo novamente mato batendo na cintura em praças e canteiros; vejo novamente os serviços de saneamento sendo atendidos em um percentual muito inferior do que a capacidade que a Prefeitura pode atender; vejo novamente a população reclamando sobre serviços que até então andavam muito bem. (Palmas.) Mas governar é eleger prioridades. E vou aqui falar como um Vereador que foi, entre muitos, e foi a maioria, fiador das mudanças que o Governo propôs logo que assumiu. Se eu estivesse aqui na Câmara optando pela posição do quanto pior melhor, seria muito fácil. Votei favorável, como muitos colegas, a reforma administrativa, e vejo o Governo apresentar aqui, mesmo com o discurso de reduzir 22 secretarias, mesmo com o discurso de que vai melhorar as condições financeiras da Prefeitura retirando direitos dos servidores, mesmo o Prefeito dizendo por onde vai que já economizou R\$ 500 milhões com as reformas que fez, vejo o Governo mandar para esta Casa um Orçamento com *déficit* de R\$ 700 milhões. De que valeram as medidas até agora? (Palmas.) Serviram para quê? Serviram para discursar apenas que se mudou, mas pelo visto mudou sem ter mudado. Então temos que enfrentar essa discussão do Orçamento com muita responsabilidade, não fazendo emendas que vão jogar para a torcida ou vão só arrancar aplausos, emendas que efetivamente qualifiquem e possibilitem a correta aplicação dos recursos públicos naquilo que é essencial para a Cidade.

Mas a discussão do Orçamento está encoberta vocês sabem por quê, a população de Porto Alegre sabe por quê: não se tem um entendimento para tramitação dos projetos que têm relação com o serviço público e também aquilo que deve se refletir no fim da greve. Eu não acredito que quem faz greve queira continuar em greve a vida toda.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: Quem faz greve reivindica direitos, e temos trabalhado para que a greve encerre o mais rápido possível. Estamos muito próximos de fechar 30 dias inteiros de greve, quem está perdendo com isso são as crianças que vão ter o ano letivo prejudicado nas escolas municipais, é o cidadão que tem os serviços

mal-prestados, é a população de Porto Alegre como um todo que está perdendo com esta greve. Então renovo aqui, é a quarta ou quinta vez que falo deste tema na tribuna. Nós temos uma discussão importantíssima e com prazo para ser votado aqui na Câmara, que é a Lei Orçamentária para o ano que vem. E o que for decidido aqui nesta Casa, no que respeita o Orçamento, é o que vai definir e vai parar a choradeira de que não tem dinheiro para isso ou para aquilo, porque quem fez essa proposta foi o atual Governo. E vamos aperfeiçoá-la com responsabilidade aqui nesta Casa. Mas precisamos também ter a sinalização de que a Cidade volte a ser pacificada, não só na relação com o Executivo e até mesmo do Legislativo com os servidores, mas de um modo geral é preciso uma demonstração de um pacto pela Cidade, para que nós possamos fechar 2017 com a tranquilidade necessária e possamos enfrentar o tema do Orçamento com a relevância que ele merece, superadas as divergências com os servidores. Se é para rejeitar, então, o Governo que faça os esforços com a sua base para votar de uma vez para enfrentar os temas relacionado aos servidores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. João Carlos Nedel; colegas Vereadores, Vereadoras, e todos municipais e municipais – sejam bem-vindos. O Governo Municipal manda para esta Casa, a cada quatro anos, o Plano Plurianual; manda também para cá o projeto das metas e manda, Bosco, o Orçamento. Se nós olharmos do ponto de vista da coerência que o Prefeito deveria ter com o Orçamento e as metas do Plano Plurianual, nós verificaríamos – e estamos estudando isso – que há uma enorme incoerência dos recursos destinados ou não para alguns programas que estariam contemplados lá atrás pelo Plano Plurianual ou nas metas, por exemplo, que o Governo manda para cá. Vou dar apenas um dos exemplos. Se nós observarmos os recursos destinados para o Programa de Saúde da Família, e nós observarmos agora na Lei Orçamentária, há uma enorme incoerência, porque nas metas, Ver. Marcelo Sgarbossa, ele promete ampliar, por exemplo, as equipes do Programa de Saúde da Família, mas no Orçamento está dizendo que não tem dinheiro, que está com R\$ 700 milhões em dívidas. Então, este Governo está perdido. Este Governo não sabe o que faz, mas muito mais do que não saber o que faz, este Governo não tem condições de tocar a administração da nossa Cidade. O Governo Marchezan mente muito, mente demais, a prova disso é o que ele disse na campanha, que não ia acabar com o Orçamento Participativo, e agora os cidadãos e cidadãs, com toda a legitimidade, ao não perceber a presença do Prefeito, viram as costas para o secretariado, o secretariado vai embora, e o que foi definido? Nada! Duas mil obras do Governo anterior, e agora ele diz que não tem recurso. O Governo Marchezan disse também que não aumentaria impostos, mas ele transfere a responsabilidade, em grande parte, nos projetos contra os

direitos do funcionalismo, por exemplo, tirando direitos e imaginando que a Câmara vai ser simpática à sua ideia.

O Prefeito Marchezan precisa, primeiro, perceber que ele tem uma enorme responsabilidade, ele tem que governar Porto Alegre, e Porto Alegre está abandonada, é verdade, Carús! Porto Alegre está abandonada! Há poucos dias nós vimos um enorme acidente, muitas pessoas, nas redes, disseram que não é compromisso do Poder Público fiscalizar as obras da Cidade, mas era uma obra irregular que caiu sobre as marquises e que atingiu vários carros, poderia ter atingido várias pessoas que por ali passavam, e há uma série de obras na Cidade. Sobre as roçadas, como assim falam, a Cidade está um mato, e tem buraco em todas as vias. Não há quem não fale mal deste Governo. Se nós pudéssemos fazer, hoje, uma pesquisa, eu tenho certeza absoluta de que o Marchezan tem a insatisfação do Governo Temer, por exemplo. É lamentável, parece que os Governos Federal, Estadual e Municipal vão na mesma direção, perderam o rumo. Infelizmente, há uma enorme contradição na peça orçamentária e, mais do que isso, é uma peça de ficção – é uma peça de ficção! Queria agradecer, com muito carinho e dedicação, ao Presidente da CCJ e aos colegas Vereadores, que, ontem aprovaram um projeto de lei deste Vereador, que institui o plebiscito para qualquer ideia de privatização das estatais ou empresas públicas de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Apregoo ofício do Sr. Prefeito em exercício, Gustavo Bohrer Paim (Lê.): “A Sua Excelência, o Vereador Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Senhor Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, convido Vossa Excelência para assumir o Executivo, das 20h43min do dia 3 de novembro até as 5h50min do dia 4 de novembro, considerando que estarei ausente do município nos termos do ofício nº 22/GVP, protocolado na Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 26 de outubro de 2017. Atenciosas saudações, Gustavo Bohrer Paim, Prefeito em exercício.”

Apregoo o PDL nº 006/17, que autoriza o Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Nelson Marchezan Júnior, a ausentar-se do País do dia 1º ao dia 4 de novembro para viajar a Lima, no Peru.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, quero saudar a presença dos municipais e municipais de Porto Alegre aqui. Quero dizer que é totalmente compreensível essa reação, porque vocês acabaram de escutar aqui que além do Prefeito ter encaminhado segunda-feira passada um ofício informando o seu afastamento, ele vai amanhã para Lima, o Vice-Prefeito está no Paço, mas com a viagem autorizada para ir a Bangkok. A Câmara tem por praxe autorizar viagens, nunca nos opusemos, acho que Porto Alegre precisa ser representada fora dos nossos limites

territoriais, isso não é problema, mas quero lembrar da fala do companheiro Adeli Sell, da semana passada, dizendo que nós queremos um relatório de viagem para entender no que resultou essa viagem para o interesse público, o que trouxe de bom e o que foram fazer fora da Cidade a justificar a sua ausência num momento tão crucial. Os servidores e servidoras estão fechando quase 30 dias de greve, e o Prefeito e o Vice tratam de viagens que, no mínimo, gostaríamos de entender, Ver. Carús, quais são. O interesse público está envolvido.

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acabei de ser informado pelas redes sociais que ele já está em Lima.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: A par dessa divergência, eu acho que isso é fácil constatar, o Prefeito gosta muito de publicar nas redes sociais; talvez já tenha alguma publicação em Lima, no Peru, fazendo algum vídeo, em que fala mal dos partidos, fala mal dos sindicatos, que é um pouco a sua praxe, de responder via Facebook, ao invés de sentar e conversar.

Mas eu não quero fugir aqui da discussão do Orçamento. Eu me inscrevi para falar do Orçamento, mas não é possível falar estritamente do Orçamento. Como confiar num Governo que, no começo do ano, anuncia R\$ 1 bilhão de déficit para 2017, agora está anunciando R\$ 700 milhões; no começo do ano anunciou R\$ 1 bilhão de déficit e não incluiu – eu não acredito que não tenha sido um descuido, porque é um descuido muito grosseiro – nesse déficit a antecipação do IPTU, o que há quase 30 anos é feito nesta Cidade. Então, o cidadão de Porto Alegre está acostumado a pagar o IPTU com desconto em dezembro, portanto, a receita que entra no ano 2017, mas não foi colocado isso na estimativa. Também foram colocadas como despesas de 2017 aqueles pagamentos que serão feitos em 2018 e 2019 com os fornecedores, dívidas parceladas foram todas incluídas no Orçamento, a justificar R\$ 1 bilhão de déficit. Incluiu-se ali também, no déficit de 2017, os créditos consignados dos servidores públicos, ou seja, o que vocês, servidores e servidoras, incluíram lá como débito descontado em folha, também foi entendido pela atual administração como um débito em 2017. Olha como é difícil confiar num Governo que, eu diria, manipula tão grosseiramente os dados.

Nós temos aqui – acho que é a grande novidade e é tema de Orçamento – esse projeto que chegou agora pela manhã, às 10h15min, tentando aquilo que o Prefeito em algumas reuniões já havia falado – pelo menos na única reunião em que ele participou, eu estava presente –, a ideia de mandar para cá. Está aqui, de novo sem discussão com os servidores, a ideia de transformar a carga horária em 40 horas para todos é um projeto que acabou de chegar na Câmara há algumas horas.

Parece-me que o Prefeito continua mantendo o mantra de não querer retirar os três projetos que estão aqui na Câmara, continua mantendo e continua equivocadamente entendendo que isso seria uma derrota para o Governo. É um equivoco tremendo! Alguém que me antecedeu falou, não gravei qual dos Vereadores ou Vereadoras falaram, que o Marchezan está sendo conhecido na Cidade pela sua intransigência e pelo seu autoritarismo. E não são os servidores que estão falando isso, o

apoio que vocês recebem nas ruas é porque as pessoas se dão conta que temos um Prefeito que não sabe ouvir não. Quando ouve não, se revolta e faz vídeo no Facebook. A sua última grande derrota nesta Câmara foi a questão do IPTU: foi uma noite incrível, na qual os próprios Vereadores da base do Governo festejaram o fato de terem derrotado o seu próprio. Fica difícil inclusive entender como alguns Vereadores se movimentam aqui fazendo questão de derrubar um projeto do Prefeito. Esses Vereadores também alegavam que havia faltado diálogo. E nós estamos dizendo a mesma coisa; nós estamos dizendo que a Câmara Municipal, diante dessa intransigência do Prefeito de não retirar os projeto e abrir a negociação, está transferindo para a Câmara. Por isso eu quero fazer aqui um chamado aos Vereadores independentes, que não estão vinculados, não são efetivamente da base do Governo, que a responsabilidade pelo fim da greve está nas nossas mãos.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O caso acontecido no Hospital Presidente Vargas, em que o advogado do Município foi buscar uma servidora na casa mostra o quanto aguda está a crise e mostra apenas uma de tantas situações que acontecem no Município em razão não ter sobrado outra escolha a não ser deflagrar a greve. Portanto, eu queria enumerar aqui para aqueles Vereadores que ainda não estão sensibilizados com a greve. Eu acredito, Ver.^a Sofia, que são poucos ou nenhum Vereador duvida da massividade da greve ou dos efeitos que ela causa na Cidade, e não tem como, ao contrário do que dizem alguns Vereadores da base do Governo, ou o próprio Prefeito, de que primeiro tem que terminar a greve para depois ele retirar os projetos. Vejam, isso não faz sentido nenhum. A primeira pedrada, diria assim, foi ele quem deu. A greve é uma espécie de reação a essa ofensiva do Prefeito. Portanto, não tem como retirar o único mecanismo de defesa que os servidores têm para aí dialogar na Câmara Municipal. Porque na Câmara Municipal, ao contrário do que alguns dizem que aqui é o lugar do debate, na medida em que um projeto chega nesta Câmara, ele pode, no outro dia, virar lei. Portanto, aqui a negociação é mais difícil. Primeiro, essa é a tradição da negociação com os servidores do Município, todos os projetos que chegavam aqui nos últimos anos vinham depois de uma longa discussão direta com os servidores, com as suas representações. Então, não tem outra saída senão retirar os projetos. Talvez, quando volte de viagem, espero que volte com a cabeça mais arejada e com um entendimento melhor, senão caberá a nós, Vereadores e Vereadoras da Cidade, botar para votar e rejeitar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 6 e 7 de novembro de 2017. Em

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Presidente Janta, trabalhadores e trabalhadoras, municipais que assistem à Sessão. Eu acho que temos um quadro muito grave, porque o Governo tem demonstrado um interesse em derrotar a categoria – eu não vejo outra explicação para o comportamento do Governo. Não é só o problema de o Marchezan viajar a Lima, a viagem vai ser curta. Marchezan poderia viajar a Lima e voltar no final de semana, não é esse o problema. O problema é que no dia a dia tem se demonstrado que a linha do Governo é apostar no cansaço da categoria municipal, essa é a linha do Governo! Qualquer um que conhece greve sabe que é assim. Então eu não tenho a menor dúvida – e isso eu falo para os municipais e municipais, eu não sou da categoria –, olhando de fora, como um cidadão de Porto Alegre, de que o único caminho que os municipais têm para defender os seus interesses e os interesses da Cidade, porque não tem como melhorar Porto Alegre com desvalorização dos servidores públicos, é mostrar que o Marchezan não vai ganhar no cansaço e que a categoria não vai abrir mão do seu direito à greve. O impasse está aí.

Eu sou daqueles que acham que sim, quanto mais a população pobre da nossa Cidade – que é quem mais perde quando ocorre uma greve no serviço público – perceber que essa greve só existe porque há um Prefeito autoritário que quer derrotar os servidores públicos municipais e quer fazer com que haja perdas tremendas, perdas que o Estado, infelizmente, já teve e que o Governo Marchezan quer fazer... Felizmente os servidores estaduais também estão lutando. Quem sabe, quem conhece o serviço público municipal e estadual sabe que o projeto Marchezan é criar uma condição de trabalho e uma condição salarial mais próxima entre o Município e o Estado, como se a deterioração das condições de trabalho e das condições salariais do Estado fosse algum exemplo a ser seguido. Mas para o Marchezan é! Porque a ideologia neoliberal dele tem como meta reduzir o salário dos servidores públicos federais, porque o Marchezan defende uma orientação que é a dos grandes capitalistas, que quer fazer com que haja redução dos salários e das condições de trabalho de toda classe trabalhadora. Por isso foi aprovada a reforma trabalhista, que começa a vigorar, porque há um projeto dos grandes capitalistas. Este País, dominado por seis pessoas que detêm um nível de riqueza superior a R\$ 100 milhões, tem um Prefeito como este que topa ser agente desta turma que comanda o País, um dos mais desiguais do mundo. Então, a Câmara de Vereadores tem, sim, uma obrigação. O Ver. Moisés depois tem que explicar as condições em que está o PL – que eu saiba o Ver. Moisés tem o PL que mexe nos regimes nas suas mãos. Que eu saiba a Procuradoria da Casa diz que havia inconstitucionalidades na proposta do Governo, e o Ver. Moisés está com o Projeto. Por que o Marchezan não retira? Por que o Prefeito não retira? Só pode ter uma explicação para o Prefeito não querer retirar. É querer derrotar a categoria! Então, eu acho que os

municipários e municipais vão ter que cobrar dos Vereadores, um por um, quais os que são a favor da categoria, querem derrotar estes projetos, e quais são os que não são.

Eu quero deixar claro que sou um tipo de político que acha que a solução dos problemas está muito mais na rua do que dentro da Câmara de Vereadores. Infelizmente é assim! Está muito mais na capacidade de luta da classe trabalhadora, dos municipais em particular, do que na aritmética parlamentar desta Câmara, mas eu sei que esta Casa tem o poder de decidir. Nós temos um desafio – sei que o Ver. Dr. Thiago está nesta linha –, por exemplo: queremos votar o projeto do DMAE! Nós queremos enterrar a privatização do DMAE. Vamos ver quem topa votar? Vereador é pago para votar! Tem que trabalhar e tem que votar, só que tem que votar para defender a Cidade. Nós temos esse desafio! O nosso desafio, se vier aqui para ser debatido, é votar para derrubar, porque confesso para vocês que para impedir que seja votado só a continuidade da greve; para que ele retire só com uma greve muito forte que mostre que os municipais não vão cansar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, colegas, servidores e servidoras de uma luta heroica, brava, justa e necessária – necessária! Olha, uma Vereadora vir aqui dizer, no Parlamento, que é necessário fazer uma greve é porque já se convenceu por demais. E a questão que está em jogo aqui é quem se importa com a cidade de Porto Alegre, Mauro. Quem se importa, Maroni? Será que o Prefeito, que aos 28 dias de greve vai para imprensa dizer que fazer greve por parcelamento de salário é infantilidade, se importa com a cidade de Porto Alegre? Ele se importa com a extensão da greve? Ele se importa com os seus servidores? Um Prefeito que, em 28 dias de greve, foi em uma só reunião de negociação, a outra foi com o Vice-Prefeito, as duas patrocinadas e forçadas por esta Câmara, por este Legislativo e pela luta de vocês, será que isso é um Prefeito que se importa com a sua cidade, se importa que funcione o serviço público e se empenha para terminar uma greve? Será que se importa com a cidade de Porto Alegre um Prefeito tem dinheiro, Ver. Mauro Zacher – que nos liderou, junto com a Ver.^a Comandante Nádia, no Tribunal de Contas –, tem dinheiro no fundo da saúde, tem dinheiro no fundo da educação, pode pagar salário, portanto, de nove mil servidores, e parcela dessa maneira perversa os salários. Será que ele se importa com a cidade de Porto Alegre, com o serviço público e com o servidor?

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: E eu pergunto a vocês: um Prefeito que vai para as redes sociais, que despreza servidor, que xinga sua categoria, a sua organização

sindical, que diz que é melhor o serviço público sem os servidores, que quer privatizar um órgão como o DMAE, superavitário, será que ele tem amor à Cidade que lhe deu a honraria de ser Prefeito?

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: E aí a pergunta fica para este Parlamento, que tem o mesmo poder. Eu fui corrigida aqui, acho que pelo Ver. Janta, que não é um outro poder, um poder menor, o mesmo Poder que o Executivo. Será que o Legislativo desta Capital, que pode aprovar contas, que pode tirar prefeito, que aprova o Orçamento da Cidade, será que o Legislativo desta Capital tem o mesmo perfil de não se importar com a cidade de Porto Alegre? Eu não acredito! E não acredito porque aqui, apesar dos partidos estarem na base desse Governo, aqui tem compromisso com a Cidade, tem compromisso, porque aqui nós todos representamos o conjunto da Cidade, isso já está dito aqui. Nós aqui não podemos ficar assistindo a uma greve que tira a sala de aula das crianças, assistindo a uma greve em que pais desesperados... E hoje de manhã um pai colocou na rede social: “Salvem a Cidade do Prefeito Marchezan, que fechou o portão da cidade de Porto Alegre”. Eu não acredito que nós vamos continuar sem tomar uma atitude radical aqui nesta Câmara, assistindo que uma parte muito pequena da Cidade está sendo atendida na saúde. E os servidores não fazem isso porque são perversos, porque são irresponsáveis, porque são infantis. Não, porque além de estar arrochando salário, o Prefeito já pediu 3% do seu salário para o Previmpa; o Prefeito quer tirar mais 50% dos regimes; o Prefeito quer tirar os 5% suados a cada três anos, que é o único aumento real que eles têm na carreira; quer tirar os 10% do abono, que é o único crescimento real! E não venham me dizer que a iniciativa privada, que é séria com seus trabalhadores, quando fica com um trabalhador vários anos não dá aumento real! Dá sim. Meu irmão é da iniciativa privada, e vários outros, e vai, ao longo tempo, tendo um crescimento real. E é o que a carreira prevê.

Encerro, dizendo que espero que a Câmara de Vereadores, hoje, dê um sinal de que é muito mais séria do que este Prefeito; que esta Câmara de Vereadores, hoje, diga ao Prefeito que, se ele não tem capacidade, se ele não tem a hombridade para resolver o impasse, para respeitar a sua Cidade e respeitar os seus servidores, a Câmara tem, o Legislativo tem! A Cidade precisa do Legislativo, a Cidade precisa desta Casa, a Cidade precisa de vocês trabalhando e valorizados! Então, Vereadores, falta Prefeito, falta respeito e falta democracia, e aqui nós vamos provar que a cidade de Porto Alegre não aceita isso, e ele será derrotado. E viva o DMAE! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, servidores presentes. Eu queria dizer que é muito triste, e era o que eu não queria, terminar o ano nessa situação. Duas ou três vezes falei que eu tinha pedido para que não se chegasse a essa situação. É muito ruim os servidores acabarem o ano em greve não só pela rotina escolar, mas pela angústia mesmo; são pessoas que têm contas a pagar. Eu recebi uma comissão no meu gabinete há duas ou três semanas, estive na assembleia do Simpa, e quero agradecer que me receberam com muito carinho, mas na verdade o que vemos é uma angústia nas pessoas que estão aí. São pessoas que têm contas, têm uma rotina, têm vida a pagar. E quero dizer aqui que fui criado com greve, pessoalmente. Na década de 1990, a minha mãe era funcionária pública do IBGE, ela ficou 16 anos com arrocho salarial do Governo Federal. Quem está aqui e tem mais de 30 anos lembra, foram 16 anos em que o Governo Federal não concedeu aumento. E o meu pai, funcionário do Banrisul, a mesma coisa: a década de 1990 foi o auge do sindicalismo e da luta das greves, foi onde legitimou.

E aí, Ver. Moisés, eu quero dialogar nesse sentido, que eu não tenho como me colocar contra o funcionário público, não tenho como! Por uma questão de princípio da minha origem. Eu perguntava para a minha mãe e para o meu pai: tem funcionário público que não trabalha de forma adequada? É óbvio que tem. Tem funcionário público que não trabalha, aqui na Câmara, tem políticos que não trabalham, como em qualquer local tem.

Eu acho que isso tem que ser discutido. Só que a maior parte do funcionalismo público trabalha com ponto, faz a Cidade, está lá todos os dias; ou seja, essas pessoas ficam. Eu não tenho dúvida, Ver. Alex, de que essa conta é de muitos governos e da política. Essa conta é da política, porque, em 1998, a maior greve dos professores foi no Governo Olívio, do Estado – Olívio, inclusive, em quem votei, Ver. Oliboni. Houve greves do Governo do PT, do PMDB, do PDT. A máquina pública estava inchada e vocês que trabalhavam nas secretarias sabem que é verdade, tinha muito CC, só do Prefeito eram quase 300 CCs de uso pessoal. É óbvio que isso é uma questão política de má gestão atrás de má gestão. Mas não dá para a gestão, literalmente, empurrar isso para o funcionalismo público para pagar a conta e ajeitar em dois ou três anos! Não dá, de forma nenhuma, para a gente vir aqui e a Secretaria da Fazenda, todo o início do ano, vir aqui chantagear que não vai pagar isso, não vai pagar aquilo, e nós termos que votar, porque, se não eles dizem que não vão recolher para a folha, aprovar essa margem de R\$ 40 mil e tirar de quem ganha R\$ 3 mil, R\$ 5 mil! Isso não dá, não dá, é uma questão objetiva.

E eu digo o seguinte: por que é lamentável? Porque é óbvio que esse clima se estende para a Cidade, cada um aqui é de uma região, cada um aqui está em um ponto da Cidade. É a motivação para trabalhar, e aí fala para o aluno, e aí fala para o paciente, e é ruim. É ruim finalizarmos o ano sem conseguir finalizar essa greve e ter uma relação sadia. Por isso quero dizer aqui: a minha proposta, Bosco, é de retirar; se não retirar, eu vou ter que votar favorável ao funcionalismo público de ponta a ponta, até o fim. Não tem como ser diferente! Não tem como, Roberto.

(Manifestações nas galerias.) (Palmas.)

O SR. RODRIGO MARONI: Uma senhora me mandou uma mensagem – depois posso mostrar para vocês – em que me dizia que era protetora. Assim como tem muitos professores, funcionários públicos que são protetores e que me pedem ajuda, nas mais diversas pontas. Tem duas coisas que me servem de princípio, e não tem como vocês verem eu votar contra: primeiro, os animais; segundo, os funcionários públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos nesta tarde; colegas municipais, que mais uma vez em uma Sessão da Câmara de Porto Alegre lotam as galerias; Vereadores, Vereadoras, eu fiz questão de subir à tribuna em Comunicação de Líder do Partido, do PSOL – portanto falo em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina –, para externar a minha tristeza quando, pelos veículos de comunicação, percebo mais uma vez o Prefeito desta Cidade desdenhando o conjunto dos servidores públicos da cidade de Porto Alegre, muitos que estão há décadas prestando seu serviço na ponta, em contato direto com a população, ouvindo suas demandas, tentando resolver os seus problemas e, em muitos casos, ouvindo desaforos e sendo atacado por uma conta que não é sua, porque é o servidor público que está em contato direto na prestação de serviços para todas as pessoas desta Cidade. Portanto, nós, municipais, somos os primeiros a ouvir críticas com relação à gestão pública. E isso geralmente não é a nossa conta. Nós estamos ali para servir, para prestar o trabalho a todo o cidadão desta Cidade, mas, muitas vezes, somos obrigados a seguir regras, ordens, determinações, e, muitas vezes, somos hostilizados por isso, porque cumprimos o nosso trabalho.

Eu gostaria de repudiar o adjetivo utilizado pelo Prefeito que chamou os municipais desta Cidade de infantis. Quem, quando é atacado, há muito tempo, desde o início desta gestão, portanto, há meses, sob fogo cruzado, ataques e muita pressão, reagiria com condescendência, com cortesia, com animosidade? Senhoras e senhores, o que nós temos aqui é um Prefeito que, em reunião com a presença de Vereadores de vários partidos políticos e representantes do comando de greve, se negou absolutamente para a principal reivindicação da categoria, que era retirar os projetos para então conversar e negociar as propostas apresentadas. O Prefeito rejeitou. A única coisa concreta que garantiu foi a não votação até o dia 2 de dezembro. Isso ele se comprometeu a fazer, mas em momento algum demonstrou boa vontade para aceitar ou pelo menos ouvir as demandas e tentar achar um meio termo. Devo lembrar este senhor que ocupa atualmente o Paço Municipal – e espero que por pouco tempo –, que estamos em contagem regressiva para o final desta gestão, eu gostaria que esse senhor analisasse

o que é infantilidade. Eu acredito que infantilidade é a birra pela birra, é isso o que eu percebo nos meus filhos pequenos. Birra só pela birra, só pela contrariedade, só por não querer dar o braço a torcer e admitir os próprios erros e a incapacidade de aceitar críticas, sejam elas positivas ou negativas, mas até agora, infelizmente, o Prefeito só tem dado margem a críticas negativas nesta gestão.

Afirmou categoricamente que já se reuniu 27 vezes com o sindicato – 27 vezes! Eis a questão: estas reuniões não foram para buscar uma solução para o conflito que é a greve. Ele está focalizando, inclusive, problemas que ele próprio começou com a reestruturação da grade curricular das escolas. Ele contabiliza essa reunião com o sindicato, quando o sindicato tentou mostrar para o Prefeito e para o seu Secretário de Educação, Adriano Naves de Brito, que aquilo teria um impacto péssimo para as rotinas escolares. Este impacto negativo se reflete na diminuição do número de refeições que estão sendo oferecidas nas escolas municipais. A Prefeitura em si não diminui a quantidade de comida, mas ela inviabiliza o acesso dos nossos alunos à alimentação. (Palmas.) Inviabiliza, porque restringiu os horários, os espaços, e coloca todos os alunos, pequenos e grandes, no mesmo refeitório, sendo que este, fisicamente, não comporta o número de alunos das nossas escolas municipais. Tentamos mostrar para ele desde fevereiro deste ano, mas, pela incapacidade de ouvir críticas e de usar estas críticas para corrigir os problemas e ter uma gestão pública boa, decente e que não prejudique a população e os serviços públicos, é muito difícil para esse senhor.

Portanto, senhoras e senhores municipais, mais uma vez reitero o meu apoio irrestrito ao movimento de vocês e pedimos iluminação para aquela cabeça para que ele abra os seus ouvidos e deixe de pensar com o intestino daqui para frente. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, minha saudação, Ver. Valter Nagelstein, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e amigos que nos visitam, eu queria cumprimentar o Hospital Moinhos de Vento, porque o Hospital Moinhos de Vento teve uma sorte, ser bem nascido, e inaugura um prédio com a possibilidade de se contratar 500 empregos diretos, privados, particulares. E o SUS? Hoje mesmo, notícia no mesmo jornal, os políticos e a sociedade não podem mais ser pacientes: vamos salvar a Beneficência Portuguesa. (Palmas.) Entre a Beneficência Portuguesa e o Hospital Moinhos de Vento, é certo que, se algum funcionário público ficar doente, ele não vai ser levado para o Hospital Moinhos de Vento, mas talvez para o Grupo Hospitalar Conceição ou para o Hospital Beneficência Portuguesa. Peço aos meus queridos Vereadores e ao público que nos recebe que lutemos contra isso: Beneficência Portuguesa não pode fechar! E a luta tem que ser como o Ver. Robaina disse, lá nas

praças, lá nas ruas, mas também aqui dentro da Câmara de Vereadores. Viva a Beneficência!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. Acho que este deve ser um movimento da Câmara de Vereadores, acho que a Cidade não pode perder nem um leito hospitalar, nem um hospital, nem a Beneficência Portuguesa, nem o Parque Belém, que está fechado até hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h46min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. 2863/17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Nelson Marchezan Júnior, a ausentar-se do País do dia 1º ao dia 04 de novembro para viajar a Lima, no Peru.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PDL nº 006/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PDL nº 006/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero começar esse debate porque eu acho um verdadeiro absurdo o que está acontecendo neste momento na cidade de Porto Alegre. O Governo simplesmente ignorar uma Cidade que está colapsando, ignorar que nós estamos vivendo uma situação de crise no Município com responsabilidade do próprio Governo. Imaginem vocês, nós estamos com 28 dias de greve dos municipais – eu acho que já é a maior greve da história dos municipais.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: E teve uma mesa de negociação com o Prefeito Marchezan. E agora à tarde, quando nós tínhamos priorizado, Moisés, um projeto que, inclusive, é o próximo a ser votado, de minha autoria, que eu espero que o Governo e todos os Vereadores fiquem para que se possa discutir, de combate ao assédio sexual às mulheres dentro dos ônibus, uma prática lamentável e corriqueira de uma sociedade extremamente machista, e nós estamos propondo uma política pública para isso, nós fomos surpreendidos com esse ofício. É verdade que fura a fila, me falava a mesa, e aí não é uma responsabilidade, porque o requerimento tem prioridades ao pedido da viagem do Prefeito. Mas a viagem do Prefeito, não é problema se o Prefeito vai a Lima ou não vai a Lima participar de um debate no Programa Cidade do Futuro; o problema é que a Cidade que estamos vivendo é a Cidade do passado, graças ao Prefeito. No meio da crise, ele sai. No meio da crise sai o Marchezan, sai o Paim, nem conheço muito a Procuradora Nequete, que responde pela PGM, mas agora quem é responsável pela Prefeitura de Porto Alegre é a Procuradora-Geral do Município, se for aprovado esse requerimento. É a lei, eu sei que é a lei, Bosco. É que eu disse, é muito comum de os Prefeitos viajarem e fazerem, enfim. Não é a primeira vez que acontece? Claro que não. Mas que eu lembre, é a primeira vez na história que acontece de o Prefeito e o Vice viajarem num momento de crise na Cidade, e grande parte da crise gerada por eles ao não negociarem.

O Sr. Moisés Maluco do Bem: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Um pequeno esquecimento e aparte: o Vice-Prefeito está no Paço, não viajou, só viaja na sexta-feira. A Procuradora do Município não assume hoje a Administração Municipal, Fernanda, só para esclarecer.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: O registro do Ver. Moisés, é verdade, mas viaja na sexta-feira e o Marchezan vai estar viajando na sexta-feira, volta domingo. Então, eu acho que o problema é dizer “a viagem já estava marcada”, é um congresso que já estava marcado, etc. – que deve ser, de fato. Então por que o Prefeito, antes de ir, não negociou e retirou os projetos de lei, resolveu o problema da greve e garantiu os salários? É lei, a Câmara vota, autoriza, e o Ver. Robaina falou aqui, não é o problema da viagem ou não do Prefeito, o problema é que parece que não tem gestão nesta Cidade!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: É, eu já tinha até visto essa informação. Nós estamos vivendo uma situação de que não só o salário está parcelado, como a segunda parcela, que vai ser paga na sexta-feira, é de R\$ 150,00 – olhem a gravidade do que nós estamos vivendo. Então, eu queria problematizar isso, sim, porque eu acho que é uma irresponsabilidade do Governo, muito mais do que pedir a viagem; não é isso, é uma irresponsabilidade o que ele está fazendo com o Município de Porto Alegre ao não dialogar com os municipais, ao não pagar os salários, ao não garantir

que os serviços sejam normalizados, sobretudo ao não respeitar os trabalhadores. Cobrar responsabilidade do Prefeito Marchezan parece que é uma ilusão e uma fantasia, que, de fato, não é do caráter nem do tipo de Prefeitura que ele tem feito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PDL nº 006/17.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Ver. Valter. Senhoras e senhores, servidores e servidoras, havia um tempo em que a Cidade era gerida pela Câmara de Vereadores, muito tempo atrás. Depois de Montesquieu, nós temos Executivo, Legislativo e Judiciário, apesar de que, atualmente, tem gente que quer fazer tábula rasa de tudo, quer acabar com tudo, inclusive começando com aquilo que é tão caro para nós, que é a democracia. Vou tentar fazer algumas reflexões, cautelosamente. Certa feita, em 2003, 2004, não lembro exatamente quando, ou um pouco antes, talvez, o Prefeito era Verle, havia um pedido de viagem para buscar recursos para a Administração Municipal de Porto Alegre; havia um Gre-Nal terrível dentro desta Casa. Por pouco, o ex-Prefeito Verle, falecido, não viaja. Graças à sensibilidade e à sensatez de alguns – não é isso, Ver. Bosco? –, foi aprovada, ali, ali, no FotoSharp, a viagem do Prefeito então. A escolha de viajar é do Prefeito, porque eu quero dizer às senhoras e aos senhores que, pelo que eu estou vendo nas ruas, na mobilização e no ânimo interno, o projeto que chegou hoje aqui não passa, assim como os outros não passarão, não por causa de um bloco de oposição, não por causa deste ou daquele.

Quem está escolhendo o caminho espinhoso, pedregoso e perigoso do caos da Cidade não é este Parlamento, nem são as senhoras e os senhores servidores. Gestão se faz com escolhas. Nós não estamos aqui para dizer ao Prefeito o que ele deve fazer ou deixar de fazer. Nós já dissemos que ele negocie, que retire os projetos. Depois, ele pode viajar para buscar recursos, fazer relações, nenhum problema; mas a escolha foi essa – em nenhum momento, nós votamos impedindo a viagem de um Prefeito –, a escolha é dele. Eu vou repetir: a escolha é dele! Isso não vai cansar, não vai arrefecer, não vai desmobilizar, não vai atrapalhar o curso da história, que é de derrotar esse tipo de procedimento.

Não pensem as senhoras e os senhores, com todo cansaço que assola as suas almas... Hoje, desde cedo, eu estou tratando de “n” demandas da Cidade, e o que se vê aqui é o que se vê em cada cidadão, em cada cidadã, porque tem um buraco na rua, tem um vazamento que não é resolvido. Inclusive, alguns deles são frutos da incompetência administrativa de serviços terceirizados de péssima categoria. Hoje, nós poderíamos ter todos os guardas municipais integrados na Prefeitura por R\$ 2,6 mil, mas o Prefeito também escolheu outro caminho, o de contratar vigilantes por mais de R\$ 6 mil. Nós dissemos que isso é um erro gravíssimo! Havia tempo, tem concurso, as pessoas estão treinadas, elas querem trabalhar. Não somos nós que vamos escolher o caminho. O

Prefeito escolheu o caminho. Ele vai viajar! É um poder independente. Mas aqui, os seus projetos contra os servidores, não passarão!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PDL nº 006/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, povo que nos visita, eu vou na linha do Ver. Adeli Sell. Eu não quero ser o engenheiro das obras prontas. Agora, vocês fazem muito bem pedirem para rejeitar, porque ele não vai retirar! Não vai! O diálogo, a compreensão não existe. Nós estamos dispostos a votar imediatamente e derrotar, principalmente esse projeto dos regimes. Mas não temos acordo para poder votar. Agora, a ética está dentro de cada um. Ele quer viajar? Vai viajar! Porque estando aqui, ou estando fora, não vai resolver! E não vai ser esta Casa que vai dizer para ele: “Olha, tu não vais viajar”. Ele vai, ele não ouve ninguém.

Eu não quero ser saudosista, mas durante a campanha, eu dizia: vocês acham que está ruim com o Fortunati? Nós teremos problemas pela frente. Como eu disse: não quero ser um engenheiro das obras prontas. Mas os problemas estão todos aí num período de dez meses!

Vou contar para vocês uma situação dessas de viagem. Eu fui Secretário da Copa, e nós tínhamos, todos, a abertura da Copa em São Paulo, e o funcionário público estava em greve; e o Fortunati e eu resolvemos não ir a São Paulo assistir à abertura da Copa do Mundo, em consideração aos funcionários que estavam em greve. Quer dizer, nunca mais vai ter uma Copa do Mundo em Porto Alegre, no Brasil. E era um evento grandioso, mas nós resolvemos respeitar o movimento que estava sendo feito naquele momento. Por isso que eu digo que a ética está dentro de cada um, a vontade de resolver situações está dentro de cada um. Agora mesmo chegou aqui esse projeto que passa todos os funcionários para 40 horas. Mas ele tem que decidir: ou retira o projeto dos regimes, ou coloca nesse projeto de 40 horas qual vai ser o salário, se vai ser o mesmo salário! Tem que ser isso! Todos vão passar para 40 horas. Mas qual vai ser o salário? O atual, que estão recebendo? Sem perdas? E os professores que têm 60 horas, como é que ficam? Eu fui Secretário de Esportes, eu tinha dez professores com 60 horas. Como fica isso? É essa falta de diálogo que está trancando e que está impactando essa situação toda. E nós queremos diálogo, nós queremos conversar, já recebemos o comando de greve diversas vezes, estamos indo a diversos órgãos do Município que nos convidam – eu faço parte da Comissão que trata desse projeto – para podermos esclarecer. Agora, a gente não vê boa vontade do outro lado. Quer viajar, vai viajar, porque não vai resolver nada se ficar aqui. Nós temos que votar e derrotar esses projetos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o PDL nº 006/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PDL nº 006/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada Presidente, Ver. Valter, estamos aguardando que a categoria acumule um pouco sobre o momento e por isso que eu vou encaminhar. O Adeli já representou a nossa opinião, mas eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que a principal viagem que o Prefeito precisava fazer era pegar e entrar numa *van* da gerência de manutenção do DMAE. Eu recebi um protótipo maravilhoso, projeto do Kleber Rigon, que está acessível no *site* do DMAE, que mostra qualidade técnica dos nossos servidores. Que ele pegasse essa *van* e fosse andar na cidade de Porto Alegre, não naquele Prefeito na Comunidade que coloca uma piscina de bolinha, brinquedo para as crianças e não responde, na vida real e concreta, os dilemas que a Cidade está vivendo. Segunda questão, a nossa bancada acha inexplicável uma greve de 30 dias: serão 30 dias quando o Prefeito viajar, e ele achar que dá para viajar! E o Vice-Prefeito achar que dá para viajar, com o funcionários parados, com a Cidade em colapso, com a Cidade esburacada, com a Cidade entupida, com secretária se demitindo, com a Assistência Social à deriva, portanto, e ele vai viajar. Parcelando salários, vai colocar R\$ 150,00 na conta dos servidores, é patético isso, na sexta-feira, e ele vai viajar! Ele quer viajar! Gente, é assustador, eu me apavoro, Ver. Carús! Para aonde vai a nossa Cidade com esse nível de irresponsabilidade? Aí, não dá para ter omissão do Tribunal de Contas, não dá para ter omissão aqui nesta Casa, não dá para ter omissão da cidadania, porque os funcionários municipais não se omitiram, estão desde o início do ano fazendo audiências, fazendo assembleias, vieram para esta Casa muitas vezes, fizeram proposta para o Prefeito, dialogaram, seja na rotina escolar, que está um desastre na escola, seja em todos os temas, os municipais não se omitiram. E, quando precisaram ir para a rua para serem ouvidos, porque a Cidade está sendo levada para o buraco, estão colocando em risco a sua vida profissional, a cessão das suas férias, a sua estabilidade e estão fazendo a luta. Agora o Prefeito se dá o direito de viajar, Ver. Cecchim, numa crise dessas. Nós sempre entendemos que um Prefeito estabelecer relações, conhecer experiências exitosas, trazer comitivas para cá é interessante, na medida que isso possa ser a solução, o encaminhamento dos seus principais dilemas ou dos temas, demandas que a sua Cidade está colocando. Está longe de ser isso. Isso é só para nos deixar mais indignados, mais revoltados, Ver.^a Mônica Leal, que sei que a Vereadora e os Vereadores... E vou terminar minha fala nesse sentido, porque não vejo nenhum Vereador subir aqui e defender esse modelo de governança do Prefeito Marchezan. Nenhum! Nenhum Vereador! Não tem um Vereador nesta Casa, nenhuma Vereadora nesta Casa que sobe aqui e vem defender o jeito de governar desse Prefeito, porque é um jeito arrogante, irresponsável, desastroso para a Cidade de Porto Alegre. Porque tu podes não ter dinheiro nenhum, mas se tens 20 mil funcionários, tu fazes a cidade brilhar, é só amar a cidade! É só chamar os funcionários para trabalhar, chamar os funcionários para trabalhar, e não desprezá-los. Pode não ter recurso nenhum para investir em novo, mas o funcionário na frente de um paciente é um recurso inestimável,

uma professora na frente de um aluno é um recurso inestimável, e ele despreza! Ele despreza! E aí não tem Vereador que venha aqui defender, não tem! E eu me orgulho disso! Eu me orgulho disso, Ver. Wambert, porque mesmo quem é da base do Governo não tem essa coragem porque sabe que é ruim para a Cidade. Portanto, Prefeito, está muito mal tu viajares, mas pior ainda é a tua omissão e agressão ao serviço público e ao funcionalismo desta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PDL nº 006/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, venho no tempo do meu partido, o PSOL, portanto em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, fazer o encaminhamento do nosso voto sobre essa autorização do Prefeito Marchezan Júnior para viajar a Lima, no Peru. Eis que o Prefeito encaminha para esta Casa Legislativa um pedido de autorização para participar como palestrante na Conferência Cidades com Futuro. Eu acredito que nós temos um pequeno problema de entendimento, porque dada a crise em que se encontra a nossa Cidade, a incapacidade e a incompetência do Prefeito em buscar solução para esse problema, o desgoverno da cidade de Porto Alegre, eu acredito que o melhor seria ele pedir autorização para palestrar num evento que se chamasse “cidades sem futuro”, ou “cidades com futuro incerto”, ou “como comprometer o futuro de uma cidade” – seria mais coerente. Mas não nos cabe aqui julgar as atitudes do Prefeito, nós podemos concordar ou discordar. Eu discordo, se fosse Prefeito não faria tal viagem. O Ver. João Bosco Vaz foi muito claro – faço das suas palavras minhas palavras. Existem momentos em que as pessoas precisam arcar com suas responsabilidades. Este é o momento! É um momento de crise em que pessoas sérias e comprometidas deveriam usar das suas responsabilidades para resolver ou pelo menos tentar contornar as crises postas. Não cabe a nós, da Bancada do PSOL, negarmos a viagem do Prefeito, como muito bem foi destacado por outros que fizeram uso da palavra nesta tribuna. É uma opção do Prefeito com a qual podemos não concordar, mas não seremos contrários à autorização. A Bancada do PSOL, por não concordar com essa atitude, vai votar pela abstenção, não vai se opor à viagem do Prefeito.

Portanto, faço este encaminhamento por conta justamente da nossa lógica de que deveríamos ter uma administração que buscasse a resolução dos seus problemas em tempo integral. É tudo que não está acontecendo nesta Cidade. Por conta disso não acreditamos que este momento seria o adequado para um gestor se afastar das suas responsabilidades; portanto, votaremos pela abstenção deste pedido de autorização. Um grande abraço a todos, sigamos com os trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PDL nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal). **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 06 **ABSTENÇÕES**.

O SR. DR. THIAGO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLCE nº 011/17 seja considerado em Regime de Urgência e submetido à Reunião Conjunta com a anuência dos Vereadores Cláudio Janta, André Carús, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, João Bosco Vaz, Roberto Robaina, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell, Paulinho Motorista e este Vereador.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria, como autor.

O SR. DR. THIAGO: Agora é chegada a hora da verdade!

(Manifestação nas galerias.)

O SR. DR. THIAGO: Se o Prefeito não quer retirar os projetos da Câmara Municipal, eles têm que ser votados! O edital é um contrato que o servidor público faz com a Prefeitura independentemente de quem seja o Prefeito. Ele não pode ser quebrado nem por um monarca. E Porto Alegre não tem monarca. Eu quero agradecer o protagonismo dos Vereadores Carús, Bosco, Janta, Alvoni, José Freitas, Márcio, Cassiá Carpes, Mauro; eu quero agradecer o protagonismo dos Vereadores de oposição, e do nosso Presidente que, democraticamente, está acolhendo o desejo da Cidade, que é o desejo da maioria da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós temos que votar e derrotar esse projeto nesta semana para dar um grande, forte e contundente sinal de que não podem continuar as maldades como estão acontecendo e vimos no protocolo hoje pela manhã! O projeto protocolado hoje pela manhã, assim como este primeiro, segundo e terceiro e como o projeto do DMAE, eles destroem a carreira de funcionário público no Município de Porto Alegre! Isso não foi construído em uma gestão! Isso foi construído em muitas gestões da Prefeitura! Isso foi construído pelo trabalho do Dib, e cada um tem a sua opinião pessoal, pelo trabalho do Fogaça, do Fortunati, do Raul Pont, do Olívio Dutra, e isso não pode ser destruído assim!

Quero dizer aqui que somos todos Joelza! Somos todos Joelza! E quero humildemente pedir que vocês reparem neste plenário nessa votação. Este plenário vai mostrar exatamente um reflexo de quem pensa o funcionalismo público na sua totalidade, e para sempre, e quem não pensa assim, quem pensa que pode prescindir do servidor público para prestar bons serviços à Cidade. Quem acha que pode prescindir do servidor público para prestar bons serviços à Cidade não vai votar aqui ou vai votar

“não”. Quem acredita na cidade de Porto Alegre e acredita que os servidores públicos podem ser o fiel da balança na entrega de bons serviços públicos para a cidade de Porto Alegre vai acabar votando sim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, eu quero fazer um registro. Nós temos, com a presença do Presidente, 18 votos registrados, portanto, infelizmente, não há quorum, e declaro encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 16h27min): Está encerrada a Ordem do Dia.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, é uma prerrogativa do Vereador dar presença ou não no momento da verificação do quorum, nós tínhamos 18 Vereadores, e o número necessário é de 19, então está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. DR. THIAGO (Requerimento): Sr. Presidente, em função da relevância do tema e da presença aqui dos servidores, solicito que, após a fala do Ver. Janta, o senhor convoque uma Sessão Extraordinária, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Está feito o registro, Sr. Vereador.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, municipais, trabalhadores do Município de Porto Alegre que se encontram aqui nesta Casa, bons ventos começam a chegar nesta Casa quando se usa do último artifício que as minorias usam, que é a retirada do quórum – esse é o último artifício da minoria. Nós já vimos hoje a realidade. Para aprovar os projetos de Lei Orgânica, o Governo não vai fazer 24 votos, nem amarrado, vimos hoje a realidade

aqui. E na semana passada eu vi a ex-Senadora Marina Silva, aqui em Porto Alegre, falando, num discurso bonito, do seu partido, e hoje vejo o Ver. Mauro Pinheiro tomando uma postura diversa do partido da ex-Senadora Marina Silva, completamente inverso disso. A política está estranha, muito dinâmica, com jogo de interesses. Aí o Prefeito vai falar de cidade com futuro. Eu acho que o futuro é com postos de saúde fechados, escolas fechadas há quase 30 dias, eu acho que o futuro é uma cidade que está um caos.

Eu quero falar aqui em nome da população de Porto Alegre, que me conduziu aqui no meu segundo mandato. Essa população que não aguenta mais, essa população que, volto a dizer, nas urnas, disse um basta, que não se vê representada, aqui na sua maioria, na Câmara de Vereadores e não se vê representada no Paço Municipal. Essa população que, na sua maioria, anulou o seu voto, votou em abstenção, branco ou nulo, por causa de atitudes como essa. O Prefeito, primeiro, diz que os municipais teriam que negociar, teriam que ceder em alguma coisa. Olhem, o Prefeito é um exímio negociador. No seu partido, as negociações dele foram maravilhosas, todos saíram do seu partido de tão bom negociador que ele é. Tanto que várias pessoas, como o Ver. Wambert, que foi acusado de tantas coisas quando estava no partido do Prefeito; a ex-Governadora Yeda Crusius, de quem nem se fala; o Dep. Adilson Troca, de tão bom negociador que ele é; e por aí se vai... Só que ele diz que vocês, trabalhadores municipais, têm que dar alguma coisa em troca. E eu acho que vocês já deram 4% da reposição da inflação a que vocês tinham direito. Eu acho que vocês já deram 13% a mais no Fundo de Aposentadoria do Previmpa. E a Prefeitura o que é que deu? Mil e novecentos pagou para vocês esta semana, e vai pagar R\$ 150,00. Em outubro, pagou o salário de vocês após o Dia da Criança. Mas que patrão é esse que tenta jogar a Câmara de Vereadores contra vocês e tenta jogar a população de Porto Alegre contra vocês? Só que a máscara caiu em plena crise. A Cidade está em crise. Uma cidade que perde mais de 14 cargos entre secretários, cargos de primeiro escalão, em dez meses de governo, está em crise. Isso é que nem uma grande empresa perder todos os seus gerentes e diretores. Está em crise, é mal administrada, é uma gestão malfeita. Está em crise. Está em muita crise. Então, eu acho que os funcionários do Município já cederam muito. Eu acho que chegou o momento de esta Casa se posicionar. Esta Casa tem a sua responsabilidade de dar a resposta, e a resposta não é retirando o quórum, a resposta é votando os projetos. Nós estamos aqui porque o povo exigiu que nós estivéssemos aqui para resolver os problemas de Porto Alegre e hoje não é o problema de Porto Alegre, é a greve dos municipais que afeta a saúde, a segurança, a educação e a Cidade num todo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Convido os Líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h40min.)

* * * * *